



**Coloquio Internacional de Economía social y solidaria en un contexto de multiculturalidad, diversidad y desarrollo territorial, 15, 16 y 17 de abril 2015 –UNCuyo / Université Blaise Pascal – Mendoza**

**AS POTENCIALIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Carolina Menegon<sup>1</sup>  
Daniel Rubens Cenci<sup>2</sup>

**INTRODUÇÃO**

Embora as mulheres tenham sido ocultadas e tornadas invisíveis na maior parte da história da humanidade, a luta por emancipação, pelos direitos e pela construção da cidadania feminina vem, cada vez mais, ocupando o cenário científico e social dos últimos tempos. O objetivo principal desta pesquisa é, portanto, analisar alternativas que visem o fortalecimento desse processo de superação das desigualdades de gênero, o que requer, obrigatoriamente, uma atenção especial às questões atreladas às relações de trabalho.

Isso porque, a inserção das mulheres no mundo do trabalho é medida fundamental para a construção de sua autonomia e para viabilizar um processo de emancipação, seja ela financeira, social ou psicológica. No entanto não são todos os trabalhos que proporcionam esta emancipação. A economia solidária nos dá vários indícios de criação de uma nova cultura de igualdade de gênero que ali se gesta. A relevância deste trabalho reside, dessa forma, no fato de que é preciso problematizar teoricamente a relação entre mulheres, trabalho, renda e emancipação em espaços alternativos e transformativos.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do Projeto Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí, o qual é integrante da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Neste espaço são realizadas diversas atividades multidisciplinares relacionadas com os cursos de Direito, Sociologia, Administração, Economia, Contabilidade e Psicologia, a fim de investigar temas relacionados com a economia solidária e suas implicações teóricas.

Inicialmente foram realizadas formações/capacitações com os professores integrantes do projeto, a fim de introduzir os alunos nas temáticas de pesquisa. A partir dessas

---

<sup>1</sup> Bolsista de Extensão no País do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível C, vinculada ao Projeto “Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí”. Mestranda do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Graduada em Direito na mesma instituição. Email: carolina.menegon@bol.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professor da Graduação em Direito e do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Email: danielr@unijui.edu.br

formações/capacitações foram indicadas as leituras pertinentes. Após, iniciou-se o processo de revisão bibliográfica, com seleção de bibliografia e documentos afins às temáticas, em meios físicos e na internet, interdisciplinares, capazes e suficientes para construir um referencial teórico coerente sobre o tema em estudo.

## **1 A DIFÍCIL RELAÇÃO HISTÓRICA DA MULHER COM O TRABALHO: O PÚBLICO E O PRIVADO**

O trabalho se configura como uma esfera social básica, pois é com base nele que os indivíduos têm acesso às suas condições materiais mínimas de sobrevivência. É certo que garantir esses mínimos é de fundamental importância, mas não é mais suficiente como proposta de amenizar as injustiças sociais. O elemento do reconhecimento deve ser somado a essa discussão, para que o indivíduo seja integrado não só no plano material, mas também no âmbito da moral, isso implica dizer no discurso da dignidade humana. Nesse sentido, a categoria trabalho também tem um papel fundamental, pois pode ser entendido como espaço de constituição de identidade e de ação individual e coletiva.

O direito ao trabalho, dada a sua relevância social, encontra-se elencado como um direito humano fundamental, ou seja, é entendido como uma categoria central da vida humana. Nesse sentido, dizia Karl Marx (1973, *apud* NEGRI e HARDT, 2004) que: “O trabalho é fogo que dá vida e forma; as coisas são transitórias, pois sofrem a atividade formadora do tempo vivo”. Em outras palavras, pode-se dizer que a afirmação do trabalho é a afirmação da própria vida, portanto, é algo inerente ao ser humano. Por meio dele as pessoas exercem sua cidadania, adquirem *status* social, se consideram parte integrante da sociedade.

Para as mulheres, porém, a efetivação desse direito (assim como de tantos outros), vem sendo assegurada de forma lenta e gradual, em razão da construção histórica das relações de gênero. A divisão de tarefas e de trabalho baseada no gênero (âmbito privado/doméstico para mulheres; âmbito público para homens), por séculos, sustentou a subordinação da mulher perante o homem – seja o homem pai, enquanto solteira; seja o homem marido, enquanto casada. Essa subordinação, por sua vez, serviu para fundamentar a cultura do tratamento da mulher como objeto, ou seja, “coisa”, ao invés de sujeito de direitos.

Para corroborar, transcreve-se a lição de Danièle Kergoat (2003, p. 55):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc).

Partindo de uma análise da história ocidental recente e a fim de constatar uma possível origem dessa divisão de papéis sociais (próprio para homens/impróprio para mulheres), destaca-se que durante a época pré-industrial, antes do advento das máquinas de produção em massa, a economia familiar da grande maioria das populações havia se caracterizado pela produção doméstica, em que todos os membros da casa (seja marido, esposa, filhos e

agregados) trabalhavam em atividades relacionadas ao interesse econômico da família, seja no campo, nas oficinas artesanais ou no pequeno comércio.

Porém, com o advento da industrialização, a população migrou em grande número para os centros urbanos, alterando a forma de organização familiar. Aumentou-se a riqueza das nações possibilitando o crescimento das classes médias nas áreas urbanas, o que melhorou a qualidade de vida de muitas famílias. Logo, muitas mulheres passaram a viver em um patamar distinto de suas antepassadas, ao passo que suas famílias puderam se permitir contratar empregados que ajudassem a desempenhar as atividades domésticas.

Este contexto, conforme lecionam Pinsky e Pedro (2004, pg. 271) intensificou o peso sentimental conferido ao lar – tido como um refúgio precioso das obrigações do mundo “masculino” dos negócios e da política, local de aconchego e moralidade. Este novo modelo de maternidade em desenvolvimento exigia mães devotadas, que amamentavam, educavam seus filhos nos primeiros anos de vida e administravam a formação das filhas moças, o que, é claro, demandava maior disponibilidade de tempo e dedicação. As tarefas de ser mãe e dona-de-casa (administradora do lar e dos afazeres domésticos) praticamente exauriam o tempo das mulheres da época, que não podiam se dedicar a outras atividades. Foi assim, segundo as precitadas autoras, que “trabalho e lar começaram a ser vistos como dois campos opostos e incompatíveis para as mulheres de ‘boa família’”.

De acordo com Moraes (2004, pg. 497) foram nessas circunstâncias que trabalho doméstico passou a ser compreendido como sinônimo de cuidar da casa e das pessoas, tornando-se verdadeiro prolongamento biológico da mulher, sua vocação natural. Era, dessa forma, considerada uma atividade privada e não uma ocupação econômica. Cabe transcrever os ensinamentos da autora nesse íterim:

Assim, a corrente de sucessivas desvantagens que a mulher encontrará na vida profissional, quando impelida a apresentar-se no mercado de trabalho, tem relação direta com a questão das atribuições domésticas. As representantes do sexo feminino são iniciadas na vida prática pelo aprendizado das tarefas domésticas, que consumirão parcela de sua vitalidade e de seu talento. Esse aprendizado inclui, por sua vez, habilitação manual e intelectual, e o favorecimento de características psicológicas que as tornem mais aptas para o cumprimento de “suas tarefas”. A mulher é então educada para “maternar”, cuidar dos outros.

Dessa forma, desenvolveu-se um modelo tradicional de família (que, em certa medida, ainda subsiste), baseado em uma rígida divisão de tarefas e trabalho, na qual o homem era (é?) designado como “chefe da família”, provedor do lar, e a mulher sua principal auxiliar, porém, tão somente nas atividades domésticas, sem ocupação profissional e econômica.

Segundo Todaro e Abramo (1998, p.80) esse processo se intensificou com a Revolução Industrial, sendo o trabalho remunerado uma tarefa pertinente aos homens e a família assunto das mulheres. Apesar das mudanças ocorridas com a contemporaneidade, permanece a noção que os trabalhadores (homens) querem e podem fazer do trabalho a sua prioridade principal, acima da família, da comunidade e dos outros aspectos da vida privada.

Também gera a tendência de marginalizar e considerar os temas da relação trabalho/família como individuais, próprios do mundo privado e, portanto das mulheres.

Entretanto, como resgata Scott (1991), as mulheres já trabalhavam muito antes da revolução industrial, como criadas domésticas, empregadas na agricultura, costureiras, chapeleiras, fiandeiras, entre outras profissões. Ainda que não se configurasse como a principal ocupação feminina, o trabalho das mulheres na indústria têxtil foi posto em evidência e tornou-se objeto de um extenso debate, sendo tomado como problema com base no argumento de que as mulheres estariam entrando no terreno dos homens. Mas, se como revela a autora, o trabalho feminino era anterior ao período, por que tanta celeuma a partir de então? Para Scott (1991), havia, na verdade, um grande investimento na construção discursiva de uma divisão sexual do trabalho voltada para a justificação da exploração da mão de obra das mulheres. O investimento na produção do discurso considerava que o trabalho das mulheres ameaçava a sobrevivência das famílias, não produziu o efeito de retirar-lhes do trabalho na produção, mas a legitimidade para a dupla jornada de trabalho. Em muitas ocasiões, na jornada destinada ao trabalho doméstico, as trabalhadoras ainda encontravam brechas para terminar o trabalho da fábrica, especialmente no acabamento de peças.

Como observa Scott (1991), os empreendimentos que questionavam a lógica capitalista de produção também reproduziam a divisão sexual do trabalho, uma vez que no interior das cooperativas costumava-se adotar legislações protetoras ao trabalho das mulheres que restringiam suas possibilidades de trabalho nas fábricas, mas não tocavam nos serviços domésticos, onde estava a maioria das trabalhadoras. Também aí existiam as longas jornadas, o assédio, a violência sexual e más condições de trabalho. Ainda assim, nos espaços de trabalho em regime cooperativo é que conseguiam maior representatividade. Estavam fortemente representadas nas cooperativas de consumo.

Mas como já dito, pouco a pouco, organizou-se a família operária, constituída pela figura do marido provedor e da esposa dona de casa. Entretanto, como os salários dos trabalhadores eram baixos e grande parte era utilizada na compra de alimentos, no final do século XIX cresceram as cooperativas de consumo de alimentos organizadas por mulheres. As mulheres conseguiam menores preços para os produtos da cesta básica e se organizavam em turnos de trabalho para administrar e fazer funcionar a cooperativa.

Assim, observa-se um forte apelo do movimento cooperativista para o envolvimento permanente das mulheres (em oposição à sua participação temporária no mercado de trabalho), mobilizando-as politicamente de forma intensiva com esta finalidade. Dado o fato de o movimento apoiar o Partido Trabalhista na Inglaterra, as mulheres participantes tornaram-se ativistas de questões como educação, saúde e maternagem (Tilly; Scott apud Nobre, 2003).

Não é difícil entender as razões pela qual se procede ao ocultamento das mulheres como sujeitos da história, inclusive da economia solidária, posto que por muito tempo estas foram invisibilizadas pelo relato histórico como seres sem história, como observa Perrot (1995). A autora observa que a história das mulheres constitui um empreendimento relativamente novo, revelador de uma profunda transformação: as mulheres como detentoras de uma história, instituídas como agentes históricos, cuja historicidade está relacionada às ações cotidianas e às relações entre os sexos. Trata-se, ainda, de um evento que se traduz numa crítica à própria estrutura de um relato apresentado como universal, não somente para

explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir que outra leitura – da história – é possível.

Não se nega que foram muitas as conquistas alcançadas pelas mulheres, como, por exemplo, o direito ao voto e à educação, o avanço dos métodos contraceptivos, o desenvolvimento de eletrodomésticos capazes de dinamizar os afazeres diários. No entanto, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho ainda é muito mais difícil do que para os homens, uma vez que, embora elas possuam melhor nível de escolaridade, acabam por receber salários menores; são muitas vezes discriminadas em razão do seu sexo, da sua constituição biológica, e das particularidades daí advindas; e assumem cargos menos importantes, geralmente na condição de subordinadas. Fazendo uma abordagem sobre o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, escreveu Amália Sina (2005, p. 03):

Mulheres que sequer são contratadas pelo simples fato de poder, um dia, engravidar. Culpadas, de antemão, por algo que é de sua natureza. Afinal, nas entrevistas para um cargo, seja ele para o trabalho doméstico, seja para o de uma executiva de alto nível, nunca faltam as clássicas perguntas: tem filhos? Pretende ter mais? Quando? Ainda que de modo discreto, essas questões permeiam todas as camadas sociais, e uma resposta “errada” a qualquer delas pode implicar a perda de uma grande oportunidade.

As mudanças que ocorreram nos últimos anos, no mercado de trabalho e no ambiente doméstico, alteraram o quadro que caracterizava a mulher como um sujeito de papéis limitados e fixos à reprodução e aos cuidados necessários com o ambiente privado, fortemente reproduzido no século XIX e até meados do XX no Brasil. A contemporaneidade revelou um novo sujeito social de múltiplas identidades: mulheres que extrapolam o ambiente privado, profissionais, geradoras de renda, mulheres que adquirem o poder de consumir e fazer parte da economia vigente.

Porém, no cenário do mercado de trabalho, de forma ambivalente, a precarização do trabalho aumenta nos últimos anos as desigualdades salariais e de tempo disponível ao lazer e aos cuidados com a família emergem (re)configurados. Esse processo gera uma dupla ou tripla divisão de papéis das mulheres que, apesar dos avanços, não conseguem dividir as tarefas de reprodução e domésticas de forma igualitária com os homens.

As mulheres, dessa maneira, parecem entrar de forma mais intensa no jogo exploratório do capital. Somam-se a feminização da pobreza, as famílias monoparentais “chefiadas” por mulheres e a dificuldade/desigualdade simbólica no acesso a cargos de gerência e a atividades técnicas, entre outros fatores que são persistências das desigualdades na contemporaneidade. As desigualdades complexificam-se no cenário contemporâneo do trabalho quando são consideradas a situação social, o gênero, a etnia, a classe e o ciclo de vida como condições para inserção no mercado de trabalho.

Bruschini (1999, p.41), uma das estudiosas da temática, conclui que os lugares ocupados por homens e mulheres no mercado de trabalho têm a marca de gênero. As mulheres permanecem concentradas em setores como agricultura, serviços, área social. As ocupações que predominam são: administrativas, professoras, ocupações da área dos serviços,

costureiras, telefonista, secretária, enfermeira, recepcionista, lavadeira, tintureira. Quase todas são ocupações que de alguma forma reproduzem atividades relacionadas a esfera reprodutiva, como cuidar, lavar, passar, cozinhar e ensinar. Atividades reduzidas, confinadas ao espaço privado, ao doméstico, privativas às mulheres.

Outro dado significativo refere-se à entrada das mulheres no mercado de trabalho que significou o barateamento da mão-de-obra e muitas vezes, a substituição da mão-de-obra masculina nos serviços que exigem pouca qualificação. Segundo Hirata, as repercussões da especialização flexível e dos novos modelos de organização e desenvolvimento industriais não são as mesmas quando se consideram os pontos de vista dos homens e mulheres. Da mesma forma, os impactos das reestruturações produtivas sobre a qualificação – ou sobre a formação profissional – não têm a mesma extensão, a mesma significação e nem o mesmo alcance segundo se trate de trabalhadores homens e mulheres (1998, p.6).

A referida autora disserta acerca do amplo processo de precarização trazido pelos novos modelos produtivos. Aponta para uma dupla transformação do trabalho – conteúdo e forma: de um lado, está a exigência de implicação do sujeito no processo de trabalho com autonomia, responsabilidade, iniciativa, polivalência; de outro lado verifica-se um processo de precarização dos laços empregatícios, das condições de trabalho, o crescimento do desemprego, da informalidade no trabalho e a flexibilidade no uso da mão-de-obra.

Hirata (1998) considera que infelizmente o lado mais conhecido e mundializado é o da precarização, da instabilização. Essa é uma tendência que atinge ambos os sexos, mas que tende a atingir mais as mulheres. Um fato que comprova isso é o índice de mulheres que ingressam no mercado de trabalho ser superior ao índice de ingresso masculino, mesmo no período de crise. Isso significa dizer que as mulheres são as que mais se submetem à qualquer tipo de serviço, seja devido à necessidade de se tornar mais autônoma e independente (do lar, marido ou pai) ou pela necessidade de aumentar o orçamento familiar e assim alimentar a prole. Esse dado relaciona-se ao fenômeno da feminização da pobreza que aponta o crescimento das mulheres entre os pobres e a subsequente vulnerabilidade feminina; bem como o aumento do índice de famílias chefiadas por mulheres.

Também de acordo com Touraine (2007, p. 20), na esfera econômica – pela qual muitos observadores se desinteressam –, atualmente as mulheres ocupam um espaço maior do que no passado nos empregos precários ou pouco qualificados e estão cada vez mais expostas ao desemprego. Isso tende a se agravar diante da atual expansão no modelo econômico capitalista, o qual é extremamente excludente e seletivo. Diante do cenário acima relatado, a economia solidária, surge como uma alternativa viável de geração de trabalho e renda para as mulheres, uma vez que atua como um instrumento de combate à exclusão e à desigualdade social.

## **2 AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

A economia solidária teve sua gênese logo depois da revolução industrial. Ela significou uma resposta aos inúmeros problemas ocasionados pela difusão das máquinas que ocorreu no período. Nesse processo, inúmeros trabalhadores foram destituídos de seus postos

de trabalho por não terem a qualificação necessária para suprir as novas necessidades do processo produtivo. As que mais sofreram essas consequências foram as mulheres, pois eram as que menos tinham qualificação.

Com a implantação do capitalismo industrial se verificou um espantoso processo de empobrecimento dos artesãos e uma exploração contínua nas fábricas graças à ausência de limites legais. Essa situação ameaçava o bem-estar dos proletariados, fomentava a exploração do trabalho infantil e, ainda, prolongava de forma exorbitante a jornada de trabalho. Diante disso, percebia-se a debilidade física dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade que comprometiam, de forma cada vez mais contínua, a produtividade.

A partir disso, surgem movimentos que têm por objetivo ser uma resposta a toda essa situação de exploração, desemprego e precariedade que tomava conta da vida e do trabalho dos proletários. A economia solidária é um desses movimentos e teve repercussões enormes em várias partes do mundo.

Na realidade brasileira ela emergiu a partir da década de 1980, se intensificando na década de 1990. Caracteriza-se como uma resposta à crise do mundo do trabalho, bem como um posicionamento dos/as trabalhadores/as e da sociedade civil em contraposição aos reflexos trazidos pela acumulação flexível. Desta forma, emerge no movimento da sociedade civil, a partir de vários sujeitos e grupos que, ao longo da trajetória histórica, vêm tecendo não apenas uma alternativa de geração de trabalho e renda para a classe trabalhadora, mas principalmente relações econômicas, políticas e sociais pautadas em uma lógica não capitalista.

Caracteriza-se, assim, em uma proposta contrária à prática funcional capitalista, sendo, portanto, transformadora do sistema vigente. A Economia Solidária não se resume a ser uma alternativa de combate ao desemprego, mas vai mais longe, configurando, através de práticas-propositivas, uma negação da economia e da sociabilidade capitalista, pois gesta em seu ventre uma vontade transformadora da sociedade contemporânea (LISBOA, 2003, p. 277).

A Economia Solidária abrange várias iniciativas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou co-gestionárias, é mediada por valores de cooperação, democracia, autogestão. Entre esses, destacamos a autogestão, que se caracteriza em importante instrumento para o trabalho coletivo, não apenas para o processo de tomada de decisão, mas principalmente para o fortalecimento do sentimento de pertença de cada trabalhador/a no empreendimento solidário, através da transparência, da comunicação, da co-responsabilidade, da interajuda.

A perspectiva da Economia Solidária propõe o enfrentamento da lógica de produção capitalista, da exploração, da exclusão, através de uma forma de organização que busca superar a separação entre capital e trabalho e garantir que os produtores acessem aos meios de produção, conheçam todo o processo e além de produzirem, gerenciem seu trabalho e usufruam os resultados do mesmo. A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (SINGER, 2000 p. 13).

As iniciativas solidárias representam um espaço portador de alternativas societárias, de politização das relações da vida, das relações de gênero, de empoderamento social e de construção da cidadania. Singer contribui com a seguinte reflexão ao afirmar que para os trabalhadores e trabalhadoras que foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos/as, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados/as e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER, 2000 p. 27).

Ainda sobre a economia solidária afirma Mance (2000, p. 166) que:

Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores. Por suas características intrínsecas, a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase neoliberal exacerba.

Assim a perspectiva da Economia Solidária possibilita aos trabalhadores/as o enfrentamento a lógica de produção capitalista, à exploração, à exclusão, através de uma forma de organização na qual não há separação entre capital e trabalho, onde os produtores acessam aos meios de produção, conhecem todo o processo e além de produzirem gerenciam seu trabalho e usufruem os resultados do mesmo. A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (SINGER, 2000 p.13).

A Economia Solidária constitui-se assim, um movimento de resistência, de rebeldia a lógica capitalista e cartesiana. Integra um movimento social maior, anti-utilitarista, que reivindica a “reintegração da atividade econômica nas relações sociais através da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro”(LISBOA, 2000, p.67).

Ao revalorizar as atividades de reciprocidade e de cuidar dos outros, não mais consideradas “virtudes” femininas, mas uma responsabilidade coletiva que contribui para o desenvolvimento pessoal de cada um; ao facilitar a expressão de problemas particulares e a reivindicação de soluções para eles; e, enfim, ao desempenhar um papel de mediação entre diferentes esferas com muita frequência consideradas compartimentadas, as práticas da economia solidária demonstram que a questão da pobreza feminina e, de maneira mais ampla, a das desigualdades entre homens e mulheres não são uma fatalidade, desde que se admita que dependem de uma responsabilidade compartilhada (GUÉRIN, 2004, p. 71).



Muitas das experiências de economia solidária identificadas são animadas por mulheres e destinadas às mulheres. Em face à delicada conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, de responsabilidades materiais crescentes, das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres muito frequentemente são as primeiras a se auto organizarem ou receberem incentivos para organização nas comunidades em que vivem.

Segundo Guérin (2004, p. 77), a economia solidária parece oferecer para as mulheres, principalmente para as mais pobres, uma alternativa para esse “nó das desigualdades”, uma vez que ela parece ter consigo uma proposta de superar as fronteiras usuais entre privado/doméstico e público, entre monetário e não monetário, ou seja, a criação de espaços que parecem ser intermediários. Ademais, as mulheres gradualmente vêm afirmando-se capazes de apresentar suas ideias, combater os preconceitos de etnia e de gênero dispensados a elas e de reivindicar seus direitos. Na economia solidária, no feminismo, no movimento das mulheres, ou mesmo em conselhos, fóruns, redes, elas têm construído mudanças em grupos de mulheres organizadas. A economia solidária mostra-se também como um desses espaços.

O empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida. Refere-se ao poder de defesa das especificidades das mulheres, da luta pela igualdade com os homens no acesso a direitos e aos espaços deliberativos. O empoderamento das mulheres se entrecruza com as dimensões de gênero, raça/etnia, classe, cultura, história. Defende o acesso a recursos, vantagens, informações, serviços e, principalmente, a participação das mulheres. O empoderamento das mulheres implica o desaparecimento dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão das mulheres e necessita mudar normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e construir direitos das mulheres hoje inexistentes (LAGARDE, 1996, p. 112).

Os processos de empoderamento são frutos de uma trajetória em que interagem, vivenciam, trocam, divergem vários sujeitos. Consistem em uma lógica envolvente, inclusiva, reflexiva na qual ninguém se empodera sozinho. É sempre dinâmica, os envolvidos, cada um em seu ritmo, crescem, refletem, encontram sua irreverência e sua autovalorização.

Lisboa (2003b p. 23) reforça essa afirmação ao considerar que a categoria empoderamento surge exercendo forte influência no meio acadêmico, a partir da década de 1990, para analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social como ecológico, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações-problema e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como sócio estruturais.

Podemos conceber empoderamento também como: “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (FRIDEMANN, 1996, p. VIII).

Ampliar o acesso das mulheres à cidadania significa valorizar a trajetória de suas lutas e reivindicações para inserir-se nos processos decisórios, no combate à discriminação, ao machismo, à dupla jornada de trabalho, haja vista que homens e mulheres vivenciaram e vivenciam trajetórias históricas, culturais, sociais, políticas diferenciadas, “o reconhecimento público da diferença de gênero, permite redesenhar o traçado da cidadania, não só no feminino, mas em geral” (GALEOTTI, 1995, p. 236).

Considerando o protagonismo das mulheres nas iniciativas solidárias, essas experiências podem contribuir a médio e longo prazo para a ruptura e superação da visão androcêntrica, das relações discriminatórias e dos múltiplos mecanismos de negação das especificidades femininas.

Dada à complexidade desses elementos, a mudança, a superação e o questionamento devem partir do espaço do vivido, das relações, das consciências, da *práxis*. Nesse sentido, mostra-se extremamente importante de reconhecer os espaços da vida cotidiana, privada e pública, pessoal e institucional nos quais prevalece a solidariedade, colaboração e o pacto, como princípios de relação entre mulheres e homens, como também da eliminação da segregação genérica (LAGARDE, 1996).

A partir das ideias acima expostas, verifica-se que a economia solidária é um instrumento capaz de proporcionar emancipação social às mulheres a partir do exercício do direito ao trabalho. Nesse aspecto, Simone de Beauvoir (1980, p. 449), aduziu que: “Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta.” Segundo a autora, quando a mulher deixa de ser uma ‘parasita’, o sistema baseado em sua dependência desmorona. Só assim, entre ela e o universo não há mais a necessidade de um mediador masculino.

Sobre a emancipação social, importante ressaltar o conceito de Cattani (2009, p. 175):

O conceito de emancipação social designa o processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito.

A economia solidária há mais de três décadas, em meio a um sistema excludente e gerador de desigualdades sociais, surge como uma nova forma de geração de trabalho e renda. É a economia solidária (ES), caracterizada pelo documento base da Conferência Nacional como concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital (SENAES, 2006, p. 2).

No Brasil, a ES organiza-se através de Fóruns, nos quais os empreendedores, junto com entidades que comungam deste ideal, reúnem-se em níveis municipais, regionais, estaduais e por fim, em nível nacional. Essa organização mobiliza-se através de parcerias com movimentos populares, sindicais e comunitários, contando com entidades de apoio e gestores públicos para se fortalecerem e lutarem por suas propostas.

O Documento Final da Economia Solidária, elaborado durante a I CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária, expressa que a Economia Solidária avançou, recentemente, na sua articulação política, econômica, social e humana, e vem constituindo uma nova mentalidade, avançando em sua organização com a constituição de Fóruns (municipais, regionais, estaduais) em especial o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Redes de Produção e Comercialização, Redes de Trocas Solidárias, Rede de Gestores de

Políticas Públicas de Economia Solidária e Frentes Parlamentares de Economia Solidária (SENAES, 2006, p. 9).

A partir da formação do empreendimento, seus sócios necessitam afirmar-se - não só diante do "mercado" da localidade ou comunidade onde atuam -, mas forjar um sentimento de pertencimento. Essa afirmação depende da formação de identidade de grupo, para que eles possam reconhecer-se no coletivo e para que suas realizações não caiam no esquecimento. Para tanto, a memória é um dos suportes essenciais para "o encontrar-se dos sujeitos coletivos", isto é, para a definição dos laços de identidade.

Conforme HALBWACHS (1990), a memória só existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo. Por conseguinte, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, mas a dimensão do pertencimento, criado por laços afetivos que permeiam lembranças comuns, gerando a memória social.

Observa-se, portanto, que há uma nova economia em construção, surgida em oposição aos moldes do sistema capitalista. Desse modo, além de centrada em parâmetros ecologicamente sustentáveis e socialmente justos, busca a participação democrática e equitativa, também no tema de gênero. Emerge assim, uma nova consciência de classes e de relações sociais que nos dão bases reais de, ao questionar o processo de alienação, individualismo, liberalismo, fetiche e exploração historicamente vividos, retoma-se o protagonismo na construção do novo. Uma outra economia para uma nova sociedade.

## CONCLUSÃO

As ações que vêm sendo desenvolvidas e (re)criadas no âmbito da economia solidária podem se constituir em alternativas para melhorar as condições de trabalho das mulheres que vivem a realidade da informalidade e precarização, especialmente se considerarmos que a organização a partir de redes de produção, comercialização e acesso a políticas de qualificação profissional e crédito – estratégia bastante utilizada pela economia solidária – pode ajudar a superar o problema do isolamento e fragmentação das trabalhadoras informais.

Para tanto, é preciso que se considere que apenas esta ação não é suficiente para permitir o acesso a direitos negados às trabalhadoras em decorrência da divisão sexual do trabalho e enfrentar a dicotomia produção versus reprodução tão presente no cotidiano delas. Necessário se faz compreender que a presença crescente das mulheres – e de forma mais precária que outros grupos – na economia solidária se dá mediante a difícil conciliação entre vida familiar e vida profissional, tornando-as frequentemente as primeiras a se mobilizarem e a se auto organizarem, como observa Guérin (2003). Para a autora, esta organização apresenta-se, em primeiro lugar, como um meio de aliviar o cotidiano das mulheres que tropeça em três grandes obstáculos, que são: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e a distribuição desigual das obrigações familiares. Assim, a economia solidária necessariamente cria contribuições para supressão desses bloqueios, pois desempenha um papel de justiça de proximidade, e esse papel é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza; cria espaços de discussão, reflexão e deliberação coletivas, contribuindo também para redefinir a articulação entre famílias, autoridades públicas,

mercado e sociedade; além de proporcionar práticas de reciprocidade entre homens e mulheres, conciliando sua vida familiar e profissional.

Dessa forma, as ações empreendidas pela economia solidária necessitam ter como referência a situação específica dos sujeitos articulados em torno da mesma. Para as mulheres, a identificação das situações por estas vividas, o efeito de tornar visível e dizível os processos de divisão sexual do trabalho ao qual a negatividade dos seus direitos acha-se engendrada é fundamental, lembrando a exortação de Guérin (2003, p. 78) de que “um direito neutro e assexuado pode simplesmente estimular os processos de diferenciação, baseada na desigualdade, em situações em que os comportamentos e estereótipos mantêm as lógicas de dominação”.

Enfim, a economia solidária, a partir de seus princípios e valores baseados, sobretudo, na valorização do ser humano e na colaboração, mostra-se uma prática econômica inovadora e alternativa, capaz de promover mudanças sociais extremamente significativas, inclusive no tocante às relações de gênero. Portanto, diante das leituras realizadas, podemos concluir que as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho historicamente concebida serviu para fomentar as desigualdades de gênero e dificultar o acesso das mulheres ao mundo do trabalho. Entendemos, dessa forma, que a economia solidária é uma resposta econômica possível às mulheres para geração de trabalho e renda, e conseqüentemente, para viabilizar sua emancipação social, bem como para superar as desigualdades de gênero.

### **Referências Bibliográficas**

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: A Experiência Vivida. 1980. Editora Nova Fronteira. 2ª Ed. Rio de Janeiro-RJ.

CATTANI, Antonio David. A outra economia. São Paulo: Editora Veraz Ltda., 2003.

FRIDEMANN, John. Empowerment Uma política de desenvolvimento Alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Ângela (Org.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995. p.235-262.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: NOBRE, Mirian (Org.) et al Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres. Desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: NOBRE, Mirian (Org.) et al Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres. Desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LAGARDE, Marcela. Género y Feminismo: desarrollo humano y democracia. Madri: HORAS & HORAS, 1996.

LISBOA, Teresa Kleba. Constituindo identidades, afirmando diferenças – mulheres migrantes caboclas e a aculturação no espaço urbano. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, diferenças e mediações. Florianópolis, abr. 2003.

MANCE, Euclides André. A Revolução das Redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) et al. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. O Trabalho de Dionísio – Para a Crítica ao Estado Pós-Moderno. Juiz de Fora: Editora 1FJF – Pazulin, 2004.

NOBRE, Mirian (Org.) et al Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres. Desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) et al. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michèle. História das mulheres: o século XIX. São Paulo: Afrontamento, 1991.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 63-95.

\_\_\_\_\_. Prefácio a Gender and Politics of history. Cadernos Pagu, n. 3, Campinas, p. 11-27, 1994.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

SINA, Amalia. Mulher e trabalho. O desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2005.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. I Conferência Nacional de Economia Solidária. **Documento base**. Brasília. 2006.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TOURAINÉ, Alain. O mundo das mulheres. Petrópolis: Vozes, 2007.